Clipping

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 21 de julho

O POPULAR / GO - VIDA URBANA - pág.: 10. Ter, 21 de Julho de 2020
TCE - GO

Mais acidentes, menos mortes no Estado

O número de acidentes cresceu nas rodovias estaduais goianas desde janeiro de 2019, quando os radares móveis foram retirados. Um balanço, realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), mostra que, no primeiro semestre do ano passado, foram 62,11% casos a mais que em 2018. Em 2020, a situação não é muito diferente e mais de 3,3 mil acidentes foram registrados nas GOs entre janeiro e junho, o que significa um aumento de 48% comparado ao mesmo período de 2018. Isto, mesmo com a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), que diminui o tráfego de veículos e o turismo.

Ao longo de todo o ano de 2018, foram 5.810 acidentes nas rodovias goianas, conforme levantamento da SSP. O ano seguinte registrou 1.885 ocorrências a mais, representando um crescimento de 32,44% (veja quadro). Perito judicial especializado em trânsito, Antenor Pinheiro explica que o número de óbitos apresentados em 2018, 2019 e o projetado de 2020 ainda indicam uma preocupante taxa de 6,8 mortos a cada 100 mil habitantes. Em 2018 foram 480 mortes; em 2019, 413 e em 2020, até agora, 220.

Pinheiro afirma que, se acrescentados os óbitos urbanos e os das rodovias federais, além de estradas (sem asfalto) federais, estaduais e municipais, seriam 30 mortes a cada 100 mil habitantes. Estes dados classificam Goiás com um trânsito mais violento que a média nacional, que é de 21 óbitos a cada 100 mil habitantes. Apesar da queda no número de mortes em 2019 e 2020, os dados ainda preocupam o especialista. Em 2020, janeiro e fevereiro apresentaram aumento no número de acidentes. Com o início da pandemia, em março, houve queda.

"Em 2020, já temos 220 óbitos nas rodovias estaduais. Considerando que no semestre foram quatro meses em plena pandemia, quando ocorreu uma redução de aproximadamente 30% de frota rodoviária circulante, teremos 2020 com violência no trânsito rodoviário ainda mais expressiva. Este é um fator que pode estar relacionado ao relaxamento da fiscalização eletrônica rodoviária, em especial por desativação de radar móvel", acrescenta o Antenor Pinheiro.

Fiscalização

O comandante do Policiamento Rodoviário de Goiás, coronel Franco, diz que a redução de mortes comparada aos anos anteriores foi possível porque, apesar da retirada de radares móveis, houve aumento das equipes em locais com maior incidência de acidentes. "Aumentamos o trabalho de conscientização, de educação no trânsito e também as autuações presenciais, com abordagem dos condutores. Nosso intuito é preservar a vida."

Os dados gerais, contudo, contrastam com o relatório da Polícia Militar que aponta redução tanto na quantidade de acidentes quanto de mortes nas rodovias estaduais. Segundo o documento, foram 443 acidentes com mortes em 2018; 116 em 2019 e 109 em 2020.

Isso ocorre porque o recorte é dos acidentes registrados pelo Comando do Policiamento Rodoviário, que representam apenas 30% do total da estatística da SSP. No site da secretaria estão compilados acidentes registrados dados da PM, Corpo de Bombeiros e delegacias, por exemplo.

A PM foi responsável pelos registros de 27% dos acidentes de 2018; 16,58% em 2019 e 30% em 2020. Com estes números, a análise é de redução de 73,81% dos casos envolvendo mortes nas rodovias estaduais de Goiás comparando 2018 com 2019 e 6,03% de 2019 para 2020. Entretanto, das 3.546 ocorrências de 2020, apenas 1.069 foram computadas pelo Comando de Policiamento Rodoviário, da PM-GO. Em 2019, foram 1.276 do total de 7.695.

Pista duplicada favorece desrespeito do motorista

Dois maiores municípios do Estado, Goiânia e Aparecida de Goiânia lideram, também, o número de ocorrências de trânsito em rodovias estaduais. O comandante do Policiamento Rodoviário explica que elas ocorrem com mais frequência em vias em bom estado. "Temos mais acidentes na região metropolitana, em

pistas duplas. Estes são locais que nos demandam mais atenção porque o condutor excede a velocidade. Vê uma pista dupla, bem conservada e acelera, não respeita os limites de velocidade. Entre Goiânia e Anápolis temos muitos casos envolvendo caminhões, cargas pesadas", diz Franco.

O perito Antenor Pinheiro, porém, atribuiu à "péssima" infraestrutura viária os acidentes provocados por saídas de pista, aquaplanagem e avarias nas rodas. Cita ainda problemas como sinalização inadequada; ausência ou insuficiência de iluminação pública; ausência de passarelas em trechos urbanos; defensas em curvas, aterros e taludes e manutenção asfáltica adequada.

"Estes fatores são pouco contabilizados pelas autoridades públicas até porque isso gera responsabilidade civil e/ou criminal contra o próprio Estado. Logo, é mais fácil atribuir culpa ao motorista por imprudência que assumir algumas objetivas responsabilidades."

Com pandemia, fluxo em julho cresce abaixo da média histórica

O mês de julho deste ano, segundo o comando da Polícia Militar, é sempre marcado por um acréscimo de pelo menos 50% da média considerada normal de tráfego. Neste ano, a primeira quinzena de julho não ultrapassou 15% do habitual dos últimos meses. Para o coronel Franco, comandante do Policiamento Rodoviário, além do medo do novo coronavírus (Sars-CoV-2) e a diminuição do turismo, o fator econômico pode ser motivos deste número estar ainda abaixo da expectativa.

"Estamos com a mesma equipe e vamos continuar os esforços porque, mesmo em menor número, há sempre gente indo e voltando e temos locais com maior fluxo como os que levam a Aruanã e a Caldas Novas. Também orientamos viagens no início do dia, porque temos muitos registros do fim do dia até a meia noite, quando a visibilidade diminui", diz o comandante.

Goinfra nega mais equipamentos

No último dia 30 de junho, um edital foi publicado pela **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) para a contratação de radares de fiscalização eletrônica e monitoramento da velocidade. O documento possibilita uma alteração de 217 para 651 barreiras e de 57 para 190 os chamados pardais. Apesar disso, Pedro Sales, titular da Goinfra, afirmou que não haverá aumento do número de equipamentos, mas que os atuais poderão ser substituídos e que também haverá remoção de alguns já instalados para uma utilização mais "estratégica". Ele explica que o contrato tem 36 meses, com possibilidade de prorrogação para mais 24 meses e que os pardais e barreiras poderão ser adquiridos ao longo do contrato.

"Temos um departamento dentro da diretoria de manutenção responsável por segurança de área. Eles analisam trechos de acidentes e se há questões geográficas que favoreçam os casos como imperfeições da pista, por exemplo. Pode então ser ou não recomendado um redutor de velocidade. Mas posso afirmar que não vamos trabalhar com radares móveis, por determinação do governador e uma promessa de campanha que permanece cumprida."

Instalação e substituição também devem ocorrer em locais próximos a postos policiais. Isto porque há uma determinação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a fim de Facilitar a fiscalização dos condutores e garantir a segurança dos policiais que atuam nestes locais.

Para as GOs 118 e 239 há determinação judicial de 36 faixas para barreiras eletrônicas. Levando em consideração que cada equipamento pode monitorar até quatro faixas, seriam necessários pelo menos nove equipamentos. Presidente da Goinfra, Pedro Sales afirma que outras instalações podem ocorrer por recomendação de órgãos de controle, decisões judiciais ou determinação do **Tribunal de Contas do Estado**.

No geral, o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) também faz recomendações para locais com alta incidência no número de acidentes. Além disso, são feitos pedidos por meio de parlamentares ou mesmo de prefeitos, para os trechos urbanos das vias.

Para perito, além de motorista, há outros fatores para os acidentes

Perito judicial especializado em trânsito, Antenor Pinheiro acredita que vários são os fatores que ocasionam

acidentes de trânsito e não apenas a imprudência do motorista. Ainda assim, pontua que todo acidente decorre de uma ou mais infrações cometidas simultaneamente, via de regra o excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e avanço de semáforo. Por isso, defende que a ação do Estado precisa ser no sentido de conter o cometimento das infrações, seja com fiscalização presencial ou com as tecnologias.

Antenor cita os controladores e redutores de velocidades (radares, barreira), câmeras de videomonitoramento (para ultrapassagens proibidas). "Analisando superficialmente, parece óbvio que a culpa é sempre do motorista que estaria sendo imprudente. Mas há outros fatores humanos que podem justificar a recorrente acidentalidade, como não manter o veículo em ideais condições de trafegabilidade (suspensão, freios, faróis, pneus e motorização deficientes), o que pode resultar em graves acidentes caracterizando assim a culpa do motorista por negligência", completa.

As condutas inadequadas diante de perigos surgidos e as situações de acidente em função da inabilidade de manobras podem ocorrer em uma culpa por imperícia. Para todas as situações, o especialista defende que não há como estabilizar ou reduzir as condutas perigosas se não com uma fiscalização rigorosa. Por isso, ele acredita na necessidade de utilização de equipamentos eletrônicos, cuja implantação deve obedecer aos rigorosos critérios previstos na legislação de trânsito. Para Pinheiro, ignorar o uso destas tecnologias é fragilizar a segurança viária, em especial nos sistemas rodoviários, que são os espaços que mais induzem o cometimento de excessos de velocidade e ultrapassagens proibidas.

"Atribuir a esta política pública à alegada 'indústria da multa' é confessar a inépcia ou a prevaricação no trato da questão, até porque fiscalizar não é uma faculdade, mas obrigação do Estado. Não fazê-lo é colaborar para que infrações sejam cometidas, logo fragilizar a segurança viária para todos, condutores, pedestres e animais. Vejo o discurso fácil da 'indústria da multa' mais como oportunismo, geralmente pronunciado por infratores contumazes, ou ignorância mesmo. Porém, é mais grave quando o discurso parte dos governantes, porque aí é flagrante irresponsabilidade", finaliza.

Queda nas multas

O aumento coincide com a retirada dos radares móveis, promessa de campanha do governador sob a justificativa de que os equipamentos seriam utilizados com o objetivo de arrecadação. Isto porque, estavam geralmente escondidos e não havia sinalização para os motoristas. A política também foi adotada nacionalmente pelo presidente Jair Bolsonaro para as rodovias federais, mas por determinação judicial estes últimos retornaram.

De fato, o valor arrecadado em multas por radares nas rodovias do Estado caiu. Enquanto no ano de 2018, a Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), hoje Goinfra, arrecadou R$ 158 milhões, no ano passado foram R$ 124 milhões. Em 2020, até o fim de junho, a Goinfra recebeu R$ 52 milhões. "O radar fixo é importante e não pela questão da armadilha, mas para que o condutor veja com antecedência e diminua a velocidade em um trecho com alto risco de acidente", pontua o comandante do Policiamento Rodoviário.

Site: https://www.opopular.com.br/?renderAsFlip=flip&date=20200721&caderno=OPOPULAR&edicaoAberta=false

A semana bem-sucedida de Caiado

Da Redação

O govenador Ronaldo Caiado (DEM) terminou a primeira semana de maior pressão da covid-19 com um trunfo: manteve nos limites do possível e sob controle a rede estadual de saúde e regionalizou, de fato, a prestação da saúde em **Goiás**. Na quinta-feira, 16, por exemplo, o Governo de **Goiás** inaugurou o Hospital de Campanha de São Luís de Montes Belos, símbolo dessa era de urgências no combate a uma doença fatal.

"Hoje vocês têm um hospital estadualizado, que será cada vez mais ampliado, melhorado para, terminada a pandemia, continuar prestando serviço à população, com especialistas, cirurgias" disse o gestor, que garantiu ainda em 2018 a regionalização dos hospitais com UTIs, durante a campanha eleitoral.

O dilema de Caiado antes da pandemia era como conseguir a regionalização de forma tão rápida: nesta semana, a inauguração da unidade em São Luís demonstrou que a pandemia ajudou a acelerar os esforços. Ocorreu uma sintonia fina entre vários agentes públicos para agilizar a prestação de serviços.

Para contrapor a flexibilização, Caiado encomendou pessoalmente aos cientistas e técnicos medidas para conter a marcha da pandemia. Também nesta semana, fechou parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para monitorar pacientes, impedindo o crescimento da doença. Até aqui, no início da segunda semana de grande pressão da covid-19, **Goiás** luta por estabilizar e iniciar o achatamento da curva em seu ponto mais alto.

Criminalidade

Ainda na gestão, fora da saúde, já que o Estado enfrenta várias outras demandas, Caiado conseguiu um feito: reduzir pela segunda vez a criminalidade. Ao mesmo tempo em que criou uma delegacia para investigar casos de corrupção, apresentou dados concretos que podem ser acessados por pesquisadores de violência: os crimes letais intencionais fecharam em redução drástica, com queda de 16,52% nos homicídios e 37,14% nos latrocínios - roubo seguido de morte.

Ocorreu queda em todas as modalidades de roubo e furtos, mas um destaque diferencia sua gestão em relação ao passado de combate da violência: nos seis primeiros meses de 2020 não ocorreu um assalto a banco sequer.

Qualquer pessoa bem informada sabe: o noticiário de 2017 e 2018 estava repleto de assaltos ao sistema financeiro, incluindo explosões e mortes de pessoas no interior goiano. O "novo cangaço" dominava o interior de **Goiás** e até a Capital - que, pasme, teve assaltos em bancos na Praça Tamandaré e até dentro de um cemitério (Jardim das Palmeiras).

A queda nesta modalidade de crime - que já vem de 2019 - afeta outras, como o mercado do tráfico de drogas, já que as organizações criminosas pegam nos bancos o "capital" para investir na compra de tóxico. Mais uma vez uma frase subliminar foi dita em solenidade: "Bandido não tem mais padrinho maior que a força do Estado"

Na terça-feira, 14, durante prestação de contas e relatório de violência para sociedade, Caiado expressou a frase, que remete a uma época em que o Governo de **Goiás** estava dominado pelo crime organizado.

Além das boas notícias na área de segurança e saúde, com a expansão da regionalização, o governador conseguiu um feito: desarmar as armadilhas deixadas nas contas do estado. Justamente no ano em que

Goiás herdou sua maior dívida da história, advinda de décadas de inadimplência com o Tesouro Nacional, ele teve suas contas aprovadas pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). O milagre para pagar as dívidas? Diálogo com poderes, como o Judiciário e Legislativo, ações na Justiça e contenção de gastos, além da reforma administrativa e previdenciária realizadas em seu primeiro ano de gestão.

A relatora Carla Santillo enfatizou que "ficou evidenciado o esforço do governo com o equilíbrio orçamentário" Para ela, **Goiás** teve "transparência na gestão fiscal, com o cumprimento das metas fiscais e dos índices constitucionais, nota-damente de Saúde e Educação, com a observância dos limites de endividamento, com a gestão do patrimônio público"

Presidente da GoiásPrev aponta vantagens do Fundo Previdenciário

O governador Ronaldo Caiado encaminhou à Assembléia Legislativa (**Alego**) projeto de lei que cria o Fundo Previdenciário de **Goiás**. O objetivo é dar maior segurança ao servidor para que ele possa se aposentar e toma mais fácil para o Estado administrar as aposentadorias.

Em entrevista ao programa O Mundo em sua Casa, das rádios Brasil Central AM e FM, o presidente da GoiásPrev, Gilvan Cândido da Silva, explicou que o propósito é no sentido de organizar o sistema de acumulação de recursos previdenciários. Destacou que o servidor vai se aposentar recebendo o recurso que foi acumulado ao longo do tempo, diferente do modelo atual no qual os aposentados recebem a partir das contribuições efetuadas hoje.

Insustentável

"Esse é um modelo insustentável, porque temos menos servidores ingressando no serviço público" afirmou. Argumentou que hoje o Estado já tem mais inativos e pensionistas do que ativos. "Portanto, é um modelo que sempre vai ser deficitário" concluiu. Segundo ele, é preciso iniciar uma trajetória para sair desse modelo deficitário. Constituir o Fundo Previdenciário é o primeiro passo para isso, além de regularizar a situação do regime previdenciário do Governo de **Goiás** junto à Secretaria da Previdência.

Gilvan explicou que a opção é pelo modelo de acumulação, e não de capitalização. No modelo de capitalização as contas são individuais, cada um tem a sua conta e vai acumular seu recurso para se aposentar. Garantiu que não se trata disso. "As regras de aposentadoria já estão definidas. Nós vamos acumular, fazer uma poupança dos recursos desse servidor e a aposentadoria dele já estará garantida lá no futuro" pontuou.

Conforme o projeto de lei, todos os servidores que ingressarem no Estado a partir de 7 de julho de 2017 estarão limitando sua contribuição (previdenciária) ao teto do INSS, independente do salário que recebem. A partir desta data, a obrigação do Governo, por meio da GoiásPrev é garantir a aposentadoria dos servidores até o teto do INSS. O que o servidor receber acima desse teto, ele fará uma previdência complementar na Prevcom, uma poupança complementar individual. Segundo Gilvan, foi definida esta data porque a obrigação futura do Governo do Estado estará limitada ao teto do INSS, o que dá mais segurança para o recebimento do benefício.

Ele acrescentou, porém, que os servidores que ingressarem antes da data fixada poderão fazer parte do fundo de acumulação e aderir ao regime de previdência complementar, optando por limitar suas contribuições ao teto do INSS e contribuindo individualmente na previdência complementar.

A mesma regra vale para a aposentadoria por invalidez. Se ocorrer algum fato inesperado ao servidor ao longo de sua carreira, seja morte ou invalidez, está garantido o recebimento do benefício dele por meio desse Fundo Previdenciário, disse.

O presidente da GoiásPrev informou que o Fundo Previdenciário já existiu no Estado, entre 2013 e 2017. Ele foi extinto sem a aprovação da Secretaria da Previdência (do Ministério da Economia), o que trouxe restrições para que **Goiás** recebesse o Certificado de Regularidade Previdenciária. Esse certificado é importante porque é pré-requisito para o Governo Estadual obter empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, e ainda para firmar convênios e parcerias com organismos multilaterais.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20200721/pagina/1

No meio da pandemia, Caiado traz boas notícias - FIO DIRETO

Gercyley Batista

A pandemia de covid-19 que colocou o planeta de "pernas para ar" e gerou a maior onda de insegurança política e econômica deste início de século, desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos. O coronavírus faz gestores temerem por seus projetos administrativos. Em **Goiás**, o governador Ronaldo Caiado (DEM) que assumiu, em 2019, um estado atolado em dívidas e seríssimos problemas contábeis, que exigiu do líder democrata muita coragem para adotar medidas, por vezes, impopulares e, há anos postergadas pelos dois últimos governadores, têm conseguido cumprir suas metas. No meio do processo de recuperação das finanças estaduais, com constantes articulações para obter apoio do governo federal, surgiu a pandemia e o problema parecia ter ganhado proporções inimagináveis. Porém, o governo estadual colocou em prática uma série de medidas de contenção de despesas e forte fiscalização das contas públicas (principalmente dos recursos enviados para o enfrentamento da covid-19), atravessando 120 dias de pandemia sem atrasar salários e mantendo os serviços públicos em pleno funcionamento. E há poucos dias, a notícia de que o **TCE** (Tribunal de Contas de **Goiás**) recomendou a aprovação das contas do primeiro ano de gestão Caiado e ratificou a capacidade técnica da equipe do governador e evidenciou que suas decisões foram acertadas. Com a recomendação da aprovação de contas, **Goiás** estará mais forte quando for viabilizar ações junto ao governo federal, no processo de recuperação pós-pandemia. Além disso, um Estado com as contas em dia logo recuperá sua plena capacidade de investimento.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20200721/pagina/1

Ronaldo Caiado cumpre meta de regionalização da saúde no Estado

O governador Ronaldo Caiado (DEM) conseguiu cumprir, antes de finalizar seu segundo ano de gestão, uma das etapas mais caras, problemáticas e importantes de seu plano de governo: a regionalização da saúde. A ação implicava, inclusive, levar UTIs para os municípios. Com a urgência da pandemia, o gestor se viu obrigado a unir a necessidade com o seu plano de espalhar hospitais e unidades de terapia intensiva nas cidades mais distantes da Capital. Ainda que tenha a concorrência

de outros dois gestores médicos, Henrique Santillo e Alcides Rodrigues, Caiado é o governador que mais abriu leitos no interior goiano.

Antes de Caiado, **Goiás** tinha 259 UTIs em quatro municípios, sendo a maioria em regiões metropolitanas. Com 16 meses de governo, o salto de Caiado é muito grande: 583 UTIs em 16 municípios. Ele terminou a semana anterior diante de grande pressão da Covid-19, mas na última quinta-feira, 16, inaugurou o Hospital de Campanha de São Luís de Montes Belos. Os desafios da doença possibilitaram levar hospitais para Águas Undas, Porangatu, São Luis de Montes Belos, Itumbiara e outras cidades. A esta-dualização (caso do Hospital de Luziânia) foi uma das formas de agilizar os atendimentos.

A própria oposição na Assembleia Legislativa reconhece que o governador conseguiu cumprir uma de suas mais complicadas promessas de campanha, já que **Goiás** jamais investiu na regionalização de hospitais. "É fato que ele tem se desdobrado para levar saúde para cidades que antes tinham como terapia só ambulância. Elevai aposentar aquela prática de que ambulância era a salvação. Isso, para o povo, é uma marca", diz um deputado estadual com experiência na área de saúde que é da ala da oposição não raivosa. "Não adianta reclamar. É preciso reconhecer esse trabalho dele."

Só quem mora no interior é que sabe a diferença que faz um minuto entre a vida e a morte e a distância em quilômetros da Capital. Ao começar a colocar fim na prática da "ambulâncio-terapia", com UTIs e policlínicas, o gestor partiu para uma segunda fase de sua gestão, que é deixar as contas em dia.

Também na semana que passou, Caiado conseguiu o feito: o TV **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na última terça-feira, 14, as contas do Balanço Geral do Estado (BGE), enviado pelo governador para os conselheiros de Contas.

Coube até mesmo elogios da relatora Carla Santillo, que sublinhou o fato de **Goiás** aplicar os percentuais constitucionais da Saúde e Educação - o que não ocorreu

em 2017, com as contas rejeitadas previamente pelo TCB objeto depois de uma disputa judicial. Para a relatora, **Goiás** teve "transparência na gestão fiscal, com o cumprimento das metas fiscais e dos índices constitucionais, notadamente de Saúde e Educação, com a observância dos limites de endividamento, com a gestão do patrimônio público".

Governador começa uma nova etapa

Com o reconhecimento da boa gestão pela sociedade e órgãos de controle, o governador Ronaldo Caiado entra em reta decisiva de seu mandato. Ele caminha para o cumprimento de dois anos em dezembro, diante de uma das crises mais graves da história.

O governador herdou primeiro uma crise econômica e moral em **Goiás** - a maior dívida pública de todos os tempos, cerca de R$ 20 bilhões, o que inviabilizou até mesmo pedidos de empréstimos. Salários atrasados, hospitais sob intervenção, universidades sem pagamentos de bolsas, prefeituras sem repasses e com sua maior empresa - a **Celg** -vendida. Esta realidade se juntou à pandemia internacional de corona vírus.

Mas o gestor segue com desafios mesmo durante a tempestade. Na última semana, superou os bons dados da segurança pública de 2019. A queda de 16,52% nos homicídios e 37,14% nos latrocínios demonstra que existe uma mudança na sensação de segurança pública na sociedade a partir de uma estratégia de combate à criminalidade.

Nesta segunda fase de governo, dizem os aliados, o gestor teria foco ainda mais na recuperação das rodovias, no aperfeiçoamento do serviço público através de investimentos no servidor, na maior atração de indústrias e superação financeira do ambiente econômico já favorável - afinal, durante a pandemia, **Goiás** foi o único Estado do País a apresentar crescimento, como se vê nos dados do IBGE deste mês. Se no primeiro ano ocorreram reformas estruturantes (caso da previdência, administrativa e Progoias, o segundo e terceiro anos devem ser focados numa maior visibilidade de ações na cultura, esportes, social e infraestrutura.

Estabilização

A superação da agenda da saúde deve terminar com a estabilização dos casos de Covid-19. Aos auxiliares, Caiado tem cobrado trabalho e empenho, já que o "Estado não pode parar". Ao contrário do que se espera em ano eleitoral, Caiado não quer ver a máquina pública envolvida na disputa. Muito menos gestores. Os próximos meses já estão comprometidos com a finalização de obras na área de saúde, investimento em habitação e busca de novidades para a educação.

Site: https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no2480/

Começa 2ª etapa da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus

O Governo de **Goiás**, por meio da Organização das Voluntárias de **Goiás** (OVG) e Gabinete de Políticas Sociais, lançou nesta terça-feira (21/7), a segunda etapa da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus, para garantir a saúde e a segurança alimentar de famílias goianas em vulnerabilidade social, sobretudo nesse momento de enfrentamento da pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus. O Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), adquiriu 200 mil cestas básicas para esta segunda etapa da campanha.

"Sabemos da profundidade da crise causada pela pandemia do novo coronavírus e de nossa responsabilidade em levar ajuda a todos que precisam neste momento. Assim como fizemos na primeira etapa, esta segunda fase levará o alimento, os itens de higiene e de limpeza àquelas pessoas mais vulneráveis, com toda transparência e todo cuidado que a circunstância exige", assegurou o governador Ronaldo Caiado.

Entre os meses de março e junho, foram distribuídas 288,2 mil cestas básicas em todos os 246 municípios de **Goiás**, bem como famílias que vivem em comunidades quilombolas e assentamentos rurais em todas as regiões do Estado. A meta agora é ampliar o alcance da campanha e superar a quantidade de doações e entregas realizadas na primeira etapa.

A presidente de honra da OVG e coordenadora do Gabinete de Políticas Sociais, primeira-dama Gracinha Caiado, e a diretora-geral da OVG, Adryanna Melo Caiado, estiveram nesta terça-feira na sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em **Goiânia**, onde 95 mil cestas já estão armazenadas e prontas para começarem a ser distribuídas.

"Estamos recebendo as cestas básicas, tanto as que chegam por doações, quanto as compradas pelo Governo de **Goiás**. Hoje vamos iniciar essa entrega para as famílias de maior vulnerabilidade em todos os municípios, em assentamentos e comunidades quilombolas, de forma segura e abrangente", explicou Gracinha Caiado.

Além das entregas em **Goiânia** e na Região Metropolitana, feitas pela OVG e voluntários das Forças de Segurança e de secretarias e autarquias do Governo de **Goiás**, também terá continuidade para esta segunda etapa da campanha a parceria com prefeituras municipais, para que a distribuição de alimentos continue a ser promovida de casa em casa, em todo o Estado.

"Vamos seguir com o mesmo sistema entregando os alimentos a todos os municípios, em parceria com as primeiras-damas e secretárias de Assistência Social, pois sabemos que é lá no município que o cidadão que vive em vulnerabilidade está, então nada mais justo do que fazer esse trabalho em parceria", disse Gracinha Caiado.

Nesta terça-feira, a equipe da OVG já inicia as distribuições desta segunda fase em Aparecida de **Goiânia**, com a entrega de 600 cestas básicas e 1,5 mil cobertores a famílias de uma ocupação localizada em uma das áreas mais vulneráveis da cidade.

A partir de quarta-feira (22/7), começarão a ser feitos os carregamentos de cestas básicas destinadas aos municípios, seguindo os mesmos métodos da primeira fase, com dia e horários marcados para cada cidade, respeitando as recomendações de uso de máscara e álcool 70% em todo o processo, garantindo assim a saúde dos trabalhadores.

Para a diretora-geral da OVG, Adryanna Caiado, a transparência é uma marca da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus. Esta semana, será encaminhado um ofício aos demais poderes constituídos, como Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO),

Ministério Público do Estado de **Goiás** (MP-GO), **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), com toda a prestação de contas referente à primeira etapa da campanha.

"Vamos entregar essa prestação de contas de tudo que foi arrecadado, adquirido e, posteriormente, doado ao longo de toda a primeira fase da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus. Esse balanço chegará a todos os poderes constituídos, seguindo a premissa já adotada desde o início deste trabalho, que é de total transparência. Sabemos da nossa responsabilidade para com cada pessoa que nos confiou suas doações e, ao solicitarmos que continuem contribuindo com nossa campanha, queremos mostrar que tudo está sendo direcionado a quem realmente mais precisa", ressaltou.

Além da arrecadação de alimentos, materiais de limpeza, higiene e de proteção individual, a Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus também recebeu, em sua primeira etapa, um total de R$ 4,3 milhões em dinheiro, por meio de depósitos e transferências bancárias em uma conta disponibilizada pela OVG. Participaram dessa grande corrente do bem inúmeros empresários, vários órgãos do Estado e entidades da sociedade civil.

Participe da Campanha

As doações para a Campanha de Combate a Propagação do Coronavírus podem ser feitas pelo site www.ovg.org.br/voluntariado ou por meio de depósito bancário no Banco Bradesco-237, Agência: 0244, Conta Corrente: 45059-6, Razão Social: Organização das Voluntárias de **Goiás**, CNPJ: 02.106.664/001-65.

Site: https://www.dm.jor.br/cidades/2020/07/comeca-2a-etapa-da-campanha-de-combate-a-propagacao-do-coronavirus/

CGE: excelência na defesa do patrimônio público dos goianos

Redação

Com a posse do governador Ronaldo Caiado em janeiro de 2019, a atuação da Controladoria-Geral do Estado (**CGE**) como órgão central do Sistema de Controle Interno ganhou um impulso sem precedentes. Com a autonomia dada pelo governador Ronaldo Caiado para trabalhar e tendo como suporte a determinação do governador para a defesa intransigente do patrimônio público dos goianos e o combate à corrupção, a Controladoria mostrou, em pouco mais de 18 meses, muitos resultados na missão que lhe foi conferida.

Um dos mais palpáveis refere-se à inspeção dos procedimentos de contratações de serviços e de compras de bens e materiais. De janeiro/2019 a junho/2020, a **CGE** analisou um total de 341 licitações e procedimentos de compras e contratações do Estado, que somaram R$ 5,7 bilhões. As sugestões e as recomendações emitidas nesses processos, em parceria com os órgãos estaduais, geraram redução para os cofres do Estado de R$ 425 milhões, o que representa economia de 7,5% do valor total investido.

Ao atuar nos processos em apoio aos órgãos da estrutura de governo, a **CGE** estabelece uma relação de confiança desses parceiros. Um exemplo dessa atuação pode ser citado no processo de compra emergencial em que um órgão faria a aquisição de máscaras para proteção dos servidores. A **CGE** verificou que o modelo solicitado equivalia a uma máscara cirúrgica tripla descartável, mais apropriado para servidores da área da saúde. O órgão solicitante acatou a sugestão da **CGE** de que poderiam ser adquiridas máscaras mais simples, o que gerou economia de R$ 10 milhões.

Na maioria dos casos, tratou-se de adequações dos quantitativos a serem adquiridos e da realização de melhores pesquisas de preços que permitiram baixar o valor de referência das aquisições. Foi o caso da construção do canal de drenagem do aeroporto de cargas, em Anápolis, com preço inicial previsto de R$ 6,4 milhões. O órgão contratante acatou sugestões de adequação da **CGE** e retificou o orçamento estimativo, que reduziu o preço em R$ 1,6 milhão.

Mas é na modernização da gestão e no trabalho preventivo que está o maior avanço orquestrado pela Controladoria-Geral do Estado nessa administração. A direção da **CGE** fez a diferenciação entre as ações inspecionais, que controlam as contas e processos de compras, das ações de auditoria, que são de consultoria aos órgãos, monitoramento dos programas de governo e as auditorias baseadas em riscos.

O investimento na prevenção e na consultoria leva ao combate mais efetivo da corrupção e à redução da probabilidade dos riscos se materializarem. Para isso, o governador Ronaldo Caiado implantou, logo no início de seu mandato, o Programa de Compliance Público do Poder Executivo (PCP).A gestão de riscos do PCP está implantada em 27 órgãos do governo estadual e em outros 16 está em fase de conclusão.

Com oPCP, os órgãos estaduais passaram a investir, além da gestão de riscos, nos eixos da ética, da transparência e da responsabilização. Milhares de servidores já passaram por capacitações específicas nesses eixos do programa e novo ciclo de treinamento será realizado neste semestre - agora de forma virtual, em razão da pandemia.

A partir da edição do Código de Conduta dos Servidores Públicos de Goiás em abril de 2019, foram realizadas diversas ações de treinamento e capacitação de servidores sobre o tema da ética.

Na área da transparência, foi criado o prêmio Goiás Mais Transparente, no qual os sites de todas as pastas do governo são monitorados, avaliados e os melhores recebem reconhecimento e prêmios. Na edição deste ano, o **Tribunal de Contas do Estado** se uniu à **CGE** na avaliação que será feita no segundo semestre, cujo resultado será divulgado em dezembro.

Um dos resultados desse investimento em transparência se concretizou no fato de que o CoronaTransp, ferramenta criada no Portal da Transparência de Goiás que reúne as informações sobre o combate ao Covid-19, levou o Estado a se destacar nos dois principais rankings nacionais de transparência. Terminou junho em 1º lugar no ranking nacional da Open Knowledge Brasil (dados epidemiológicos) e em 5º lugar no ranking da Transparência Internacional/Brasil (compras emergenciais).

O Sistema de Ouvidoria do **Governo de Goiás**, que engloba a Ouvidoria-Geral e as 45 ouvidorias setoriais dos diversos órgãos passou, em 2019, por uma remodelagem coordenada pela **CGE**. Com isso, o prazo médio para responder as manifestações apresentadas pela população foi reduzido da média de 14 dias, em 2018, para nove dias em 2019, e para seis dias no primeiro semestre de 2020 - um dos melhores índices das ouvidorias públicas do País.

No eixo responsabilização do PCP, pode-se citar a regulamentação da Lei Anticorrupção (Lei 18.762/2014), que responsabiliza empresas pela prática de atos de corrupção contra a administração pública estadual e possibilita a celebração de acordos de leniência. Também foi instituído novo Sistema de Correição do Poder Executivo (Siscor-GO) e criada a resolução consensual de conflitos para procedimentos disciplinares.

É assim, com um trabalho moderno, intenso e focado em resultados para a sociedade, que a Controladoria-Geral do Estado trata de cumprir não só a missão recebida do governador Ronaldo Caiado, mas principalmente com o que espera dela o cidadão goiano, que mantém o Poder Público e quer retorno na forma de prestação de serviços de excelência.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/artigo-de-opiniao/cge-excelencia-na-defesa-do-patrimonio-publico-dos-goianos-269993/

Lançada 2ª etapa da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus

O Governo de **Goiás**, por meio da Organização das Voluntárias de **Goiás** (OVG) e Gabinete de Políticas Sociais, lançou nesta terça-feira (21/7), a segunda etapa da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus, para garantir a saúde e a segurança alimentar de famílias goianas em vulnerabilidade social, sobretudo nesse momento de enfrentamento da pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus.

O Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), adquiriu 200 mil cestas básicas para esta segunda etapa da campanha. "Sabemos da profundidade da crise causada pela pandemia do novo coronavírus e de nossa responsabilidade em levar ajuda a todos que precisam neste momento, assegurou o governador Ronaldo Caiado.

Entre os meses de março e junho, foram distribuídas 288,2 mil cestas básicas em todos os 246 municípios de **Goiás**, bem como famílias que vivem em comunidades quilombolas e assentamentos rurais em todas as regiões do Estado. A meta agora é ampliar o alcance da campanha.

A presidente de honra da OVG e coordenadora do Gabinete de Políticas Sociais, primeira-dama Gracinha Caiado, e a diretora-geral da OVG, Adryanna Melo Caiado, estiveram nesta terça-feira na sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em **Goiânia**, onde 95 mil cestas já estão armazenadas e prontas para começarem a ser distribuídas.

"Estamos recebendo as cestas básicas, tanto as que chegam por doações, quanto as compradas pelo Governo de **Goiás**. Hoje vamos iniciar essa entrega para as famílias de maior vulnerabilidade em todos os municípios, em assentamentos e comunidades quilombolas, de forma segura e abrangente", explicou Gracinha Caiado.

Além das entregas em **Goiânia** e na Região Metropolitana, feitas pela OVG e voluntários das Forças de Segurança e de secretarias e autarquias do Governo de **Goiás**, também terá continuidade para esta segunda etapa da campanha a parceria com prefeituras municipais, para que a distribuição de alimentos continue a ser promovida de casa em casa, em todo o Estado.

Para a diretora-geral da OVG, Adryanna Caiado, a transparência é uma marca da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus. Esta semana, será encaminhado um ofício aos demais poderes constituídos, como Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO), Ministério Público do Estado de **Goiás** (MP-GO), **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), com toda a prestação de contas referente à primeira etapa da campanha.

"Vamos entregar essa prestação de contas de tudo que foi arrecadado, adquirido e, posteriormente, doado ao longo de toda a primeira fase da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus. Esse balanço chegará a todos os poderes constituídos, seguindo a premissa já adotada desde o início deste trabalho, que é de total transparência. Sabemos da nossa responsabilidade para com cada pessoa que nos confiou suas doações e, ao solicitarmos que continuem contribuindo com nossa campanha, queremos mostrar que tudo está sendo direcionado a quem realmente mais precisa", ressaltou.

Além da arrecadação de alimentos, materiais de limpeza, higiene e de proteção individual, a Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus também recebeu, em sua primeira etapa, um total de R$ 4,3 milhões em dinheiro, por meio de depósitos e transferências bancárias em uma conta disponibilizada pela OVG. Participaram dessa grande corrente do bem inúmeros empresários, vários órgãos do Estado e entidades da sociedade civil.

Participe da Campanha

As doações para a Campanha de Combate a Propagação do Coronavírus podem ser feitas pelo site www.ovg.org.br/voluntariado ou por meio de depósito bancário no Banco Bradesco-237, Agência: 0244, Conta Corrente: 45059-6, Razão Social: Organização das Voluntárias de **Goiás**, CNPJ: 02.106.664/001-65.

Quem quiser doar alimentos, produtos de higiene pessoal e limpeza, pode deixar os itens no **Goiânia** Arena, localizado na avenida Fued José Sebba, ao lado do Estádio Serra Dourada, **Goiânia** (GO), ou entrar em contato pelo número (62) 3201-9315.

Site: http://www.goias.gov.br/index.php/servico/122436-lancada-2-etapa-da-campanha-de-combate-a-propagacao-do-coronavirus

21/07/2020-Goiás-Lançada 2ª etapa da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus

imprensaja

Estado já adquiriu 200 mil cestas básicas e conta, mais uma vez, com a solidariedade dos goianos. A meta é superar a primeira etapa que chegou a distribuir 288,2 mil cestas

O Governo de **Goiás**, por meio da Organização das Voluntárias de **Goiás** (OVG) e Gabinete de Políticas Sociais, lançou nesta terça-feira (21/7), a segunda etapa da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus, para garantir a saúde e a segurança alimentar de famílias goianas em vulnerabilidade social, sobretudo nesse momento de enfrentamento da pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus.

O Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Seds), adquiriu 200 mil cestas básicas para esta segunda etapa da campanha. "Sabemos da profundidade da crise causada pela pandemia do novo coronavírus e de nossa responsabilidade em levar ajuda a todos que precisam neste momento, assegurou o governador Ronaldo Caiado.

Entre os meses de março e junho, foram distribuídas 288,2 mil cestas básicas em todos os 246 municípios de **Goiás**, bem como famílias que vivem em comunidades quilombolas e assentamentos rurais em todas as regiões do Estado. A meta agora é ampliar o alcance da campanha.

A presidente de honra da OVG e coordenadora do Gabinete de Políticas Sociais, primeira-dama Gracinha Caiado, e a diretora-geral da OVG, Adryanna Melo Caiado, estiveram nesta terça-feira na sede da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em **Goiânia**, onde 95 mil cestas já estão armazenadas e prontas para começarem a ser distribuídas.

"Estamos recebendo as cestas básicas, tanto as que chegam por doações, quanto as compradas pelo Governo de **Goiás**. Hoje vamos iniciar essa entrega para as famílias de maior vulnerabilidade em todos os municípios, em assentamentos e comunidades quilombolas, de forma segura e abrangente", explicou Gracinha Caiado.

Além das entregas em **Goiânia** e na Região Metropolitana, feitas pela OVG e voluntários das Forças de Segurança e de secretarias e autarquias do Governo de **Goiás**, também terá continuidade para esta segunda etapa da campanha a parceria com prefeituras municipais, para que a distribuição de alimentos continue a ser promovida de casa em casa, em todo o Estado.

Para a diretora-geral da OVG, Adryanna Caiado, a transparência é uma marca da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus. Esta semana, será encaminhado um ofício aos demais poderes constituídos, como Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO), Ministério Público do Estado de **Goiás** (MP-GO), **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), com toda a prestação de contas referente à primeira etapa da campanha.

"Vamos entregar essa prestação de contas de tudo que foi arrecadado, adquirido e, posteriormente, doado ao longo de toda a primeira fase da Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus. Esse balanço chegará a todos os poderes constituídos, seguindo a premissa já adotada desde o início deste trabalho, que é de total transparência. Sabemos da nossa responsabilidade para com cada pessoa que nos confiou suas doações e, ao solicitarmos que continuem contribuindo com nossa campanha, queremos mostrar que tudo está sendo direcionado a quem realmente mais precisa", ressaltou.

Além da arrecadação de alimentos, materiais de limpeza, higiene e de proteção individual, a Campanha de Combate à Propagação do Coronavírus também recebeu, em sua primeira etapa, um total de R$ 4,3 milhões em dinheiro, por meio de depósitos e transferências bancárias em uma conta disponibilizada pela OVG. Participaram dessa grande corrente do bem inúmeros empresários, vários órgãos do Estado e entidades da sociedade civil.

Participe da Campanha

As doações para a Campanha de Combate a Propagação do Coronavírus podem ser feitas pelo site www.ovg.org.br/voluntariado ou por meio de depósito bancário no Banco Bradesco-237, Agência: 0244, Conta Corrente: 45059-6, Razão Social: Organização das Voluntárias de **Goiás**, CNPJ: 02.106.664/001-65.

Quem quiser doar alimentos, produtos de higiene pessoal e limpeza, pode deixar os itens no **Goiânia** Arena, localizado na avenida Fued José Sebba, ao lado do Estádio Serra Dourada, **Goiânia** (GO), ou entrar em contato pelo número (62) 3201-9315.

Site: http://imprensaja.com.br/portal/21-07-2020-goias-lancada-2a-etapa-da-campanha-de-combate-a-propagacao-do-coronavirus/

Inventário identifica mais de R$ 10 bilhões em imóveis do Governo de Goiás e é aprovado pelo TCE

Responsabilidade com o patrimônio público é um dos pilares da gestão Ronaldo Caiado. Coadunando com esse princípio, o Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o "Programa Censo Imobiliário", que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado. O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Valor bastante significativo que, considerando a identificação de vários imóveis não ocupados pela administração, estes imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia.

A iniciativa inédita do Censo Imobiliário reverteu a situação de descaso que havia com a questão patrimonial em gestões anteriores e buscou com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados, com o intuito de identificar a situação e sua correta ocupação. O resultado foi igualmente inédito: o relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua. As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Invasores

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estadas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará a alienação em breve de todos estes bens.

Rogério Bernardes Carneiro atribuiu o sucesso do inventário a soluções organizacionais estratégicas, como a

separação das gerências de bens móveis da de bens imóveis, a capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a um minucioso trabalho de busca de dados. "Quando assumimos, não tínhamos sequer as informações sobre quantos imóveis o Estado possuía", recorda. O superintendente também elogiou o envolvimento direto do governador. "[Caiado] Entrou em contato com todos os chefes da administração direta, indireta e autarquias solicitando engajamento na entrega do inventário 2019. Isso possibilitou que entregássemos um relatório 100% de acordo com as normas estabelecidas. Algo simplesmente inédito", destacou Rogério.

Site: http://www.correiodopovogo.com.br/2020/07/21/inventario-identifica-mais-de-r-10-bilhoes-em-imoveis-do-governo-de-goias-e-e-aprovado-pelo-tce/

CNPTC manifesta-se favorável à aprovação da PEC n. 15/2015

Os presidentes dos tribunais de contas do país apoiam a transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em instrumento permanente.

Confira a íntegra do ofício encaminhado pelo CNPTC à Câmara Federal:

OFI´CIO CNPTC Nº 85-2020 - PRES. CA^MARA DEPUTADOS - APOIO PEC 15-2015

Goiânia, 19 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Federal Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília/DF

C/c Aos Senhores(as) Deputados(as) Federais

Assunto: Apoio à PEC nº 15/2015 - transformação do FUNDEB em instrumento permanente

Senhor Presidente,

O **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** - CNPTC, entidade sem fins lucrativos, de âmbito nacional, os Presidentes de Tribunais de Contas dos Estados e Municípios abaixo nominados, vem à presença de Vossa Excelência manifestar-se pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 15/2015, que visa tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, uma fonte permanente de financiamento da educação pública, consoante argumentação a seguir.

A educação pública brasileira possui diversos desafios, relativos ao acesso e permanência de crianças e adolescentes no sistema de ensino, à infraestrutura das escolas, à remuneração e capacitação de professores, entre outros. O enfrentamento dessas questões é condição necessária para o alcance de uma educação de qualidade, que promova a formação integral do ser humano, com a melhoria não apenas do aprendizado formal, mas também do desenvolvimento de habilidade relacionadas ao convívio com a comunidade e com o meio ambiente.

Enfim, a sociedade brasileira deve se pautar pela busca da educação para uma vida sustentável.

As necessárias melhorias na educação brasileira somente podem se concretizar se houver a garantia de fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica. Nesse sentido estabelece a Estratégia 20.1, no Anexo de Metas e Estratégias, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE.

O PNE, ao tratar do financiamento da educação básica, ressalta a relevância do FUNDEB, instituído pela Emenda Constitucional nº 53/2006, que alterou o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, o qual representou grande avanço para a educação pública brasileira.

Em virtude dessa fonte de financiamento foi possível a ampliação do atendimento de crianças em creche,

passando essa etapa da educação infantil de 1.769.868 (um milhão, setecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito) matrículas em 2008 para 3.755.092 (três milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil e noventa e noventa e duas) em 2019, em todo o País.

Ainda assim, muitos municípios brasileiros seguem com dificuldade de atingir o disposto na Meta 1 do PNE (atendimento de 50% das crianças de 0 a 3 anos em creche). Isso se deve não apenas à elevada demanda por vagas em municípios com maior porte populacional, mas também à diferença do montante de receita de impostos e transferências por habitante, que se verifica entre os diferentes entes municipais, inclusive entre os situados em um mesmo Estado.

O FUNDEB tem a função de reduzir as desigualdades, com vistas a assegurar, nas diferentes entidades da Federação, um valor mínimo a ser aplicado na educação básica pública. Retidos 20% (vinte por cento) dos impostos e transferências dos Estados e Municípios, os valores são alocados nos fundos contábeis de cada Estado e distribuídos entre o Estado e os Municípios que o compõem, de acordo com o número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial. Essa distribuição faz com que entes federativos com baixa arrecadação possam prestar atendimento na educação infantil e no ensino fundamental.

Por exemplo, o município de Alvorada, no Rio Grande do Sul, recebeu em 2019 o montante de R$96.446.636,93 de retorno de FUNDEB. Desse montante, o município contribuiu para o Fundo com R$24.371.518,71, sendo R$72.075.118,22 recebidos a título de acréscimo, ou seja, são valores arrecadados pelo Estado e por outros municípios e distribuídos a Alvorada, em virtude das matrículas de sua rede de ensino fundamental e das escolas municipais e conveniadas de educação infantil. Considerando que, no mesmo ano, Alvorada efetuou uma despesa de R$ 117.653.283,49 com educação, o atendimento público seria prejudicado se não houvesse a redistribuição de mais de setenta e dois milhões de reais de FUNDEB.

Muitos municípios brasileiros encontram-se na mesma situação do exemplo acima citado, dependendo do retorno de FUNDEB para a manutenção da sua rede de educação pública.

Diante desse cenário, e considerando que, de acordo com o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a vigência do Fundo se encerra em 31 de dezembro do corrente ano, o CNPTC, em nome do seu compromisso regimental (art. 2º, IV) de desenvolver e estimular o estudo de temas jurídicos que possam ter repercussão em mais de um tribunal de contas, reafirma sua manifestação pela pronta aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 15/2015, tornando o FUNDEB uma fonte permanente de financiamento da educação pública.

Atenciosamente,

Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto, presidente do CNPTC e presidente do TCM de **Goiás**

Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar, vice-presidente do CNPTC e presidente do **TCE** do Tocantins

Conselheiro Adircélio Ferreira de Morais Júnior, secretário-geral do CNPTC e presidente do **TCE** de Santa Catarina

Conselheiro Antônio Cristóvão Correia de Messias - presidente do **TCE** do Acre

Conselheiro Otávio Lessa de Geraldo Santos - presidente do **TCE** de Alagoas

Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello -presidente do **TCE** do Amazonas

Conselheiro Michel Houat Harb - presidente do **TCE** do Amapá

Conselheiro Gildásio Penedo C de Albuquerque Filho - presidente do **TCE** da Bahia

Conselheiro Rodrigo Flávio Freira Farias Chamoun- presidente do **TCE** do Espírito Santo

Conselheiro **Celmar Rech** - presidente do **TCE** de **Goiás**

Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Júnior - presidente do **TCE** do Maranhão

Conselheiro Mauri José Torres Duarte - presidente do **TCE** de Minas Gerais

Conselheiro Guilherme Antônio Maluf - presidente do **TCE** de Mato Grosso

Conselheiro Iran Coelho das Neves - presidente do **TCE** de Mato Grosso do Sul

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira - presidente do **TCE** do Pará

Conselheiro Francisco Sérgio Belich de Sousa Leão - presidente do TCM do Pará

Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva - presidente do **TCE** do Piauí

Conselheiro Nestor Batista - presidente do **TCE** do Paraná

Conselheiro Thiers Vianna Montebello - presidente do TCM do Rio de Janeiro

Conselheiro Paulo Curi Neto - presidente do **TCE** de Rondônia

Conselheira Cilene Lago Salomão - presidente do **TCE** de Roraima

Conselheiro Estilac Martins Rodrigues Xavier - presidente do **TCE** do Rio Grande do Sul

Conselheiro Luiz Augusto Carvalho Ribeiro - presidente do **TCE** de Sergipe

Conselheiro Edgar Camargo Rodrigues - presidente do **TCE** de São Paulo

Site: http://www.justocantins.com.br/noticias-do-estado-54292-cnptc-manifesta-se-favoravel-a-aprovacao-da-pec-n-15-2015.html

Caiado retoma imóveis para o Estado

O Censo Imobiliário identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta, 644 propriedades públicas foram invadidas, uma delas na capital, avaliada em R$ 50 milhões.

O Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o "Programa Censo Imobiliário", que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado.

O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Valor bastante significativo que, considerando a identificação de vários imóveis não ocupados pela administração, estes imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia.

A iniciativa inédita do Censo Imobiliário reverteu a situação de descaso que havia com a questão patrimonial em gestões anteriores e buscou com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados, com o intuito de identificar a situação e sua correta ocupação.

O resultado foi igualmente inédito: o relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua.

As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estradas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará a alienação em breve de todos estes bens.

Rogério Bernardes Carneiro atribuiu o sucesso do inventário a soluções organizacionais estratégicas, como a separação das gerências de bens móveis da de bens imóveis, a capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a um minucioso trabalho de busca de dados. "Quando assumimos, não tínhamos sequer as

informações sobre quantos imóveis o Estado possuía", recorda.

O superintendente também elogiou o envolvimento direto do governador. "[Caiado] Entrou em contato com todos os chefes da administração direta, indireta e autarquias solicitando engajamento na entrega do inventário 2019. Isso possibilitou que entregássemos um relatório 100% de acordo com as normas estabelecidas. Algo simplesmente inédito", destacou Rogério.

Site: https://www.onzedemaio.com.br/caiado-retoma-imoveis-para-o-estado/

Com fiscalização sem radares móveis, acidentes aumentam nas rodovias estaduais de Goiás

O número de acidentes cresceu nas rodovias estaduais goianas desde janeiro de 2019, quando os radares móveis foram retirados. Um balanço, realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), mostra que, no primeiro semestre do ano passado, foram 62,11% casos a mais que em 2018. Em 2020, a situação não é muito diferente e mais de 3,3 mil acidentes foram registrados nas GOs entre janeiro e junho, o que significa um aumento de 48% comparado ao mesmo período de 2018. Isto, mesmo com a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), que diminui o tráfego de veículos e o turismo.

Ao longo de todo o ano de 2018, foram 5.810 acidentes nas rodovias goianas, conforme levantamento da SSP. O ano seguinte registrou 1.885 ocorrências a mais, representando um crescimento de 32,44% (veja quadro). Perito judicial especializado em trânsito, Antenor Pinheiro explica que o número de óbitos apresentados em 2018, 2019 e o projetado de 2020 ainda indicam uma preocupante taxa de 6,8 mortos a cada 100 mil habitantes. Em 2018 foram 480 mortes; em 2019, 413 e em 2020, até agora, 220.

Pinheiro afirma que, se acrescentados os óbitos urbanos e os das rodovias federais, além de estradas (sem asfalto) federais, estaduais e municipais, seriam 30 mortes a cada 100 mil habitantes. Estes dados classificam Goiás com um trânsito mais violento que a média nacional, que é de 21 óbitos a cada 100 mil habitantes. Apesar da queda no número de mortes em 2019 e 2020, os dados ainda preocupam o especialista. Em 2020, janeiro e fevereiro apresentaram aumento no número de acidentes. Com o início da pandemia, em março, houve queda.

"Em 2020, já temos 220 óbitos nas rodovias estaduais. Considerando que no semestre foram quatro meses em plena pandemia, quando ocorreu uma redução de aproximadamente 30% de frota rodoviária circulante, teremos 2020 com violência no trânsito rodoviário ainda mais expressiva. Este é um fator que pode estar relacionado ao relaxamento da fiscalização eletrônica rodoviária, em especial por desativação de radar móvel", acrescenta o Antenor Pinheiro.

Fiscalização

O comandante do Policiamento Rodoviário de Goiás, coronel Franco, diz que a redução de mortes comparada aos anos anteriores foi possível porque, apesar da retirada de radares móveis, houve aumento das equipes em locais com maior incidência de acidentes. "Aumentamos o trabalho de conscientização, de educação no trânsito e também as autuações presenciais, com abordagem dos condutores. Nosso intuito é preservar a vida."

Os dados gerais, contudo, contrastam com o relatório da Polícia Militar que aponta redução tanto na quantidade de acidentes quanto de mortes nas rodovias estaduais. O recorte é dos acidentes registrados pelo Comando do Policiamento Rodoviário que representam em 2020, apenas 32,34% do total da estatística da SSP. Isso porque, no site da secretaria estão compilados acidentes registrados não apenas pela PM, mas pelo Corpo de Bombeiros ou Polícia Civil, por exemplo. Segundo o documento, foram 443 acidentes com mortes no primeiro semestre de 2018; 116 em 2019 e 109 em 2020.

A PM foi responsável pelos registros de 73% dos acidentes dos primeiros seis meses de 2018; 35,24% em 2019 e 32,34% em 2020. Com esses números, a análise é de redução de 73,81% dos casos envolvendo mortes nas rodovias estaduais de Goiás comparando 2018 com 2019 e 6,03% de 2019 para 2020. É preciso ponderar, entretanto, que das 3.305 ocorrências de janeiro a junho de 2020, apenas 1.069 foram computadas pelo Comando de Policiamento Rodoviário, da PM-GO. Em 2019, foram 1.276 do total de 3.620 do semestre.

Pista duplicada favorece desrespeito do motorista

Dois maiores municípios do Estado, Goiânia e Aparecida de Goiânia lideram, também, o número de ocorrências de trânsito em rodovias estaduais. O comandante do Policiamento Rodoviário explica que elas ocorrem com mais frequência em vias em bom estado. "Temos mais acidentes na região metropolitana, em pistas duplas. Estes são locais que nos demandam mais atenção porque o condutor excede a velocidade. Vê uma pista dupla, bem conservada e acelera, não respeita os limites de velocidade. Entre Goiânia e Anápolis temos muitos casos envolvendo caminhões, cargas pesadas", diz Franco.

O perito Antenor Pinheiro, porém, atribuiu à "péssima" infraestrutura viária os acidentes provocados por saídas de pista, aquaplanagem e avarias nas rodas. Cita ainda problemas como sinalização inadequada; ausência ou insuficiência de iluminação pública; ausência de passarelas em trechos urbanos; defensas em curvas, aterros e taludes e manutenção asfáltica adequada.

"Estes fatores são pouco contabilizados pelas autoridades públicas até porque isso gera responsabilidade civil e/ou criminal contra o próprio Estado. Logo, é mais fácil atribuir culpa ao motorista por imprudência que assumir algumas objetivas responsabilidades."

Com pandemia, fluxo em julho cresce abaixo da média histórica

O mês de julho deste ano, segundo o comando da Polícia Militar, é sempre marcado por um acréscimo de pelo menos 50% da média considerada normal de tráfego. Neste ano, a primeira quinzena de julho não ultrapassou 15% do habitual dos últimos meses. Para o coronel Franco, comandante do Policiamento Rodoviário, além do medo do novo coronavírus (Sars-CoV-2) e a diminuição do turismo, o fator econômico pode ser motivos deste número estar ainda abaixo da expectativa.

"Estamos com a mesma equipe e vamos continuar os esforços porque, mesmo em menor número, há sempre gente indo e voltando e temos locais com maior fluxo como os que levam a Aruanã e a Caldas Novas. Também orientamos viagens no início do dia, porque temos muitos registros do fim do dia até a meia noite, quando a visibilidade diminui" , diz o comandante.

Goinfra nega mais equipamentos

No último dia 30 de junho, um edital foi publicado pela **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) para a contratação de radares de fiscalização eletrônica e monitoramento da velocidade. O documento possibilita uma alteração de 217 para 651 barreiras e de 57 para 190 os chamados pardais. Apesar disso, Pedro Sales, titular da Goinfra, afirmou que não haverá aumento do número de equipamentos, mas que os atuais poderão ser substituídos e que também haverá remoção de alguns já instalados para uma utilização mais "estratégica". Ele explica que o contrato tem 36 meses, com possibilidade de prorrogação para mais 24 meses e que os pardais e barreiras poderão ser adquiridos ao longo do contrato.

"Temos um departamento dentro da diretoria de manutenção responsável por segurança de área. Eles analisam trechos de acidentes e se há questões geográficas que favoreçam os casos como imperfeições da pista, por exemplo. Pode então ser ou não recomendado um redutor de velocidade. Mas posso afirmar que não vamos trabalhar com radares móveis, por determinação do governador e uma promessa de campanha que permanece cumprida."

Instalação e substituição também devem ocorrer em locais próximos a postos policiais. Isto porque há uma determinação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a fim de Facilitar a fiscalização dos condutores e garantir a segurança dos policiais que atuam nestes locais.

Para as GOs 118 e 239 há determinação judicial de 36 faixas para barreiras eletrônicas. Levando em consideração que cada equipamento pode monitorar até quatro faixas, seriam necessários pelo menos nove equipamentos. Presidente da Goinfra, Pedro Sales afirma que outras instalações podem ocorrer por recomendação de órgãos de controle, decisões judiciais ou determinação do **Tribunal de Contas do Estado**.

No geral, o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) também faz recomendações para locais com alta incidência no número de acidentes. Além disso, são feitos pedidos por meio de parlamentares ou mesmo de

prefeitos, para os trechos urbanos das vias.

Para perito, além de motorista, há outros fatores para os acidentes

Perito judicial especializado em trânsito, Antenor Pinheiro acredita que vários são os fatores que ocasionam acidentes de trânsito e não apenas a imprudência do motorista. Ainda assim, pontua que todo acidente decorre de uma ou mais infrações cometidas simultaneamente, via de regra o excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e avanço de semáforo. Por isso, defende que a ação do Estado precisa ser no sentido de conter o cometimento das infrações, seja com fiscalização presencial ou com as tecnologias.

Antenor cita os controladores e redutores de velocidades (radares, barreira), câmeras de videomonitoramento (para ultrapassagens proibidas). "Analisando superficialmente, parece óbvio que a culpa é sempre do motorista que estaria sendo imprudente. Mas há outros fatores humanos que podem justificar a recorrente acidentalidade, como não manter o veículo em ideais condições de trafegabilidade (suspensão, freios, faróis, pneus e motorização deficientes), o que pode resultar em graves acidentes caracterizando assim a culpa do motorista por negligência", completa.

As condutas inadequadas diante de perigos surgidos e as situações de acidente em função da inabilidade de manobras podem ocorrer em uma culpa por imperícia. Para todas as situações, o especialista defende que não há como estabilizar ou reduzir as condutas perigosas se não com uma fiscalização rigorosa. Por isso, ele acredita na necessidade de utilização de equipamentos eletrônicos, cuja implantação deve obedecer aos rigorosos critérios previstos na legislação de trânsito. Para Pinheiro, ignorar o uso destas tecnologias é fragilizar a segurança viária, em especial nos sistemas rodoviários, que são os espaços que mais induzem o cometimento de excessos de velocidade e ultrapassagens proibidas.

"Atribuir a esta política pública à alegada 'indústria da multa' é confessar a inépcia ou a prevaricação no trato da questão, até porque fiscalizar não é uma faculdade, mas obrigação do Estado. Não fazê-lo é colaborar para que infrações sejam cometidas, logo fragilizar a segurança viária para todos, condutores, pedestres e animais. Vejo o discurso fácil da 'indústria da multa' mais como oportunismo, geralmente pronunciado por infratores contumazes, ou ignorância mesmo. Porém, é mais grave quando o discurso parte dos governantes, porque aí é flagrante irresponsabilidade", finaliza.

Queda nas multas

O aumento coincide com a retirada dos radares móveis, promessa de campanha do governador sob a justificativa de que os equipamentos seriam utilizados com o objetivo de arrecadação. Isto porque, estavam geralmente escondidos e não havia sinalização para os motoristas. A política também foi adotada nacionalmente pelo presidente Jair Bolsonaro para as rodovias federais, mas por determinação judicial estes últimos retornaram.

De fato, o valor arrecadado em multas por radares nas rodovias do Estado caiu. Enquanto no ano de 2018, a Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), hoje Goinfra, arrecadou R$ 158 milhões, no ano passado foram R$ 124 milhões. Em 2020, até o fim de junho, a Goinfra recebeu R$ 52 milhões. "O radar fixo é importante e não pela questão da armadilha, mas para que o condutor veja com antecedência e diminua a velocidade em um trecho com alto risco de acidente", pontua o comandante do Policiamento Rodoviário.

Fonte: O Popular

Jornalismo Portal Panorama

panorama.not.br

Site: https://pn7.com.br/com-fiscalizacao-sem-radares-moveis-acidentes-aumentam-nas-rodovias-estaduais-de-goias/

Inventário identifica mais de R$ 10 bi em imóveis do Governo de Goiás

Responsabilidade com o patrimônio público é um dos pilares da gestão Ronaldo Caiado. Coadunando com esse princípio, o Governo de **Goiás**, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), concluiu o Inventário Patrimonial 2019. Para a entrega do inventário foi instituído o "Programa Censo Imobiliário", que consiste na vistoria por profissionais capacitados a cada um dos imóveis do Estado. O valor total em bens imóveis inventariados chega a R$ 10.493.765.662,88. Valor bastante significativo que, considerando a identificação de vários imóveis não ocupados pela administração, estes imóveis poderão contribuir para a saúde fiscal do Estado, especialmente no período de pandemia.

A iniciativa inédita do Censo Imobiliário reverteu a situação de descaso que havia com a questão patrimonial em gestões anteriores e buscou com que todos os imóveis com matrícula vinculada ao Estado de **Goiás** pudessem ser vistoriados e avaliados, com o intuito de identificar a situação e sua correta ocupação. O resultado foi igualmente inédito: o relatório foi aprovado sem nenhuma ressalva pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a exemplo das contas do Governo do Estado relativas ao exercício de 2019, primeiro ano da gestão do governador Ronaldo Caiado, que receberam parecer favorável no último dia 13.

Ao todo, o programa identificou 4.139 propriedades - 3.774 em nome do Estado de **Goiás** e 365 de órgãos da Administração Pública Indireta. Foram localizados 2.884 (60,5%); todos foram visitados um por um. Até o momento, foram recenseados 75% deste patrimônio (3.572). Desses, a grande maioria (1.705) está ocupada por secretarias do governo, enquanto 324 são utilizados por prefeituras; há registro de 172 propriedades desocupadas, e outras 22 foram ocupadas parcialmente.

O secretário da Administração, Bruno D'Abadia, classificou o programa como mais uma ferramenta para qualificar e assegurar a eficiência da gestão pública. "Demos início à regularização e recuperação dos imóveis ocupados por terceiros, além de profissionalizar a gestão patrimonial mediante a instituição de mecanismos para melhor explorar o potencial econômico dos bens imóveis do Estado", pontua. As informações consolidadas vão nortear os próximos passos em relação ao destino destes imóveis, conforme explica o superintendente de Patrimônio do Estado, Rogério Bernardes Carneiro. Alguns estão sendo passados para administração pública, outros serão alienados ou repassados para trabalhos sociais.

Invasores

Um dado que chamou a atenção foi a quantidade de imóveis que foram alvos de invasões por particulares: 644 propriedades públicas. É o caso de uma na capital, avaliada em R$ 50 milhões. O imóvel era ocupado por pessoas que já se consideravam "donas" do bem. Todos informavam que o imóvel não era do Estado, inclusive o cartório. Após pesquisa minuciosa e um grande trabalho da equipe de agrimensura, ficou comprovado que o imóvel realmente era do Estado. Já recuperado e escriturado em nome da administração pública, o imóvel em breve irá a leilão para alienação.

Há também imóveis encontrados fora dos limites do Estado. Três na cidade do Rio de Janeiro, na Freguesia da Candelária, dois deles, avaliados em 2018, em R$ 408.013,91 e R$ 318.437,80, em nome da Loteria do Estado de **Goiás** e o restante avaliado em 2017 em R$ 240.045,95, em nome do Consórcio Rodoviário Municipal S/A e do extinto Consórcio Rodoviário de Estadas de Rodagens de **Goiás**. Todos foram penhorados para garantir dívidas de IPTU com a prefeitura carioca. Entretanto, existe um trabalho em andamento junto ao Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro para reverter as dívidas, o que possibilitará a alienação em breve de todos estes bens.

Rogério Bernardes Carneiro atribuiu o sucesso do inventário a soluções organizacionais estratégicas, como a separação das gerências de bens móveis da de bens imóveis, a capacitação técnica dos profissionais envolvidos e a um minucioso trabalho de busca de dados. "Quando assumimos, não tínhamos sequer as informações sobre quantos imóveis o Estado possuía", recorda. O superintendente também elogiou o

envolvimento direto do governador. "[Caiado] Entrou em contato com todos os chefes da administração direta, indireta e autarquias solicitando engajamento na entrega do inventário 2019. Isso possibilitou que entregássemos um relatório 100% de acordo com as normas estabelecidas. Algo simplesmente inédito", destacou Rogério.

Secretaria de Comunicação - Governo de **Goiás**

Site: http://www.pazfm.com.br/novosite/noticia.php?id=5568

TCEGO cria pesquisa para descobrir como será o Tribunal de Contas do Futuro

Entre as questões, o participante poderá dizer de forma confidencial qual a percepção que a sociedade tem de um Tribunal de Contas. Disponível para qualquer cidadão, inclusive de outros estados, a pesquisa busca adesão na comunidade acadêmica, entre comunicadores, representantes de órgãos de controle, setor privado, sociedade civil organizada, colaboradores do TCE-GO etc.

Em caso de dúvidas ou sugestões quanto à pesquisa, o cidadão deve contatar a Diplan pelo e-mail: planejamento@tce.go.gov.br

Clique no link para acessar a pesquisa: bit.ly/2CovKfn

Site: https://www.tce.mg.gov.br/TCEGO-cria-pesquisa-para-descobrir-como-sera-o-Tribunal-de-Contas-do-Futuro-.html/Noticia/1111624592

O POPULAR / ON LINE / GO - CIDADES. Seg, 20 de Julho de 2020
TCE - GO

Com fiscalização sem radares móveis, acidentes aumentam nas rodovias estaduais de Goiás

O número de acidentes cresceu nas rodovias estaduais goianas desde janeiro de 2019, quando os radares móveis foram retirados. Um balanço, realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), mostra que, no primeiro semestre do ano passado, foram 62,11% casos a mais que em 2018. Em 2020, a situação não é muito diferente e mais de 3,3 mil acidentes foram registrados nas GOs entre janeiro e junho, o que significa um aumento de 48% comparado ao mesmo período de 2018. Isto, mesmo com a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), que diminui o tráfego de veículos e o turismo.

Ao longo de todo o ano de 2018, foram 5.810 acidentes nas rodovias goianas, conforme levantamento da SSP. O ano seguinte registrou 1.885 ocorrências a mais, representando um crescimento de 32,44% (veja quadro). Perito judicial especializado em trânsito, Antenor Pinheiro explica que o número de óbitos apresentados em 2018, 2019 e o projetado de 2020 ainda indicam uma preocupante taxa de 6,8 mortos a cada 100 mil habitantes. Em 2018 foram 480 mortes; em 2019, 413 e em 2020, até agora, 220.

Pinheiro afirma que, se acrescentados os óbitos urbanos e os das rodovias federais, além de estradas (sem asfalto) federais, estaduais e municipais, seriam 30 mortes a cada 100 mil habitantes. Estes dados classificam Goiás com um trânsito mais violento que a média nacional, que é de 21 óbitos a cada 100 mil habitantes. Apesar da queda no número de mortes em 2019 e 2020, os dados ainda preocupam o especialista. Em 2020, janeiro e fevereiro apresentaram aumento no número de acidentes. Com o início da pandemia, em março, houve queda.

"Em 2020, já temos 220 óbitos nas rodovias estaduais. Considerando que no semestre foram quatro meses em plena pandemia, quando ocorreu uma redução de aproximadamente 30% de frota rodoviária circulante, teremos 2020 com violência no trânsito rodoviário ainda mais expressiva. Este é um fator que pode estar relacionado ao relaxamento da fiscalização eletrônica rodoviária, em especial por desativação de radar móvel", acrescenta o Antenor Pinheiro.

Fiscalização

O comandante do Policiamento Rodoviário de Goiás, coronel Franco, diz que a redução de mortes comparada aos anos anteriores foi possível porque, apesar da retirada de radares móveis, houve aumento das equipes em locais com maior incidência de acidentes. "Aumentamos o trabalho de conscientização, de educação no trânsito e também as autuações presenciais, com abordagem dos condutores. Nosso intuito é preservar a vida."

Os dados gerais, contudo, contrastam com o relatório da Polícia Militar que aponta redução tanto na quantidade de acidentes quanto de mortes nas rodovias estaduais. O recorte é dos acidentes registrados pelo Comando do Policiamento Rodoviário que representam em 2020, apenas 32,34% do total da estatística da SSP. Isso porque, no site da secretaria estão compilados acidentes registrados não apenas pela PM, mas pelo Corpo de Bombeiros ou Polícia Civil, por exemplo. Segundo o documento, foram 443 acidentes com mortes no primeiro semestre de 2018; 116 em 2019 e 109 em 2020.

A PM foi responsável pelos registros de 73% dos acidentes dos primeiros seis meses de 2018; 35,24% em 2019 e 32,34% em 2020. Com esses números, a análise é de redução de 73,81% dos casos envolvendo mortes nas rodovias estaduais de Goiás comparando 2018 com 2019 e 6,03% de 2019 para 2020. É preciso ponderar, entretanto, que das 3.305 ocorrências de janeiro a junho de 2020, apenas 1.069 foram computadas pelo Comando de Policiamento Rodoviário, da PM-GO. Em 2019, foram 1.276 do total de 3.620 do semestre.

Pista duplicada favorece desrespeito do motorista

Dois maiores municípios do Estado, Goiânia e Aparecida de Goiânia lideram, também, o número de ocorrências de trânsito em rodovias estaduais. O comandante do Policiamento Rodoviário explica que elas ocorrem com mais frequência em vias em bom estado. "Temos mais acidentes na região metropolitana, em pistas duplas. Estes são locais que nos demandam mais atenção porque o condutor excede a velocidade. Vê uma pista dupla, bem conservada e acelera, não respeita os limites de velocidade. Entre Goiânia e Anápolis temos muitos casos envolvendo caminhões, cargas pesadas", diz Franco.

O perito Antenor Pinheiro, porém, atribuiu à "péssima" infraestrutura viária os acidentes provocados por saídas de pista, aquaplanagem e avarias nas rodas. Cita ainda problemas como sinalização inadequada; ausência ou insuficiência de iluminação pública; ausência de passarelas em trechos urbanos; defensas em curvas, aterros e taludes e manutenção asfáltica adequada.

"Estes fatores são pouco contabilizados pelas autoridades públicas até porque isso gera responsabilidade civil e/ou criminal contra o próprio Estado. Logo, é mais fácil atribuir culpa ao motorista por imprudência que assumir algumas objetivas responsabilidades."

Com pandemia, fluxo em julho cresce abaixo da média histórica

O mês de julho deste ano, segundo o comando da Polícia Militar, é sempre marcado por um acréscimo de pelo menos 50% da média considerada normal de tráfego. Neste ano, a primeira quinzena de julho não ultrapassou 15% do habitual dos últimos meses. Para o coronel Franco, comandante do Policiamento Rodoviário, além do medo do novo coronavírus (Sars-CoV-2) e a diminuição do turismo, o fator econômico pode ser motivos deste número estar ainda abaixo da expectativa.

"Estamos com a mesma equipe e vamos continuar os esforços porque, mesmo em menor número, há sempre gente indo e voltando e temos locais com maior fluxo como os que levam a Aruanã e a Caldas Novas. Também orientamos viagens no início do dia, porque temos muitos registros do fim do dia até a meia noite, quando a visibilidade diminui", diz o comandante.

Goinfra nega mais equipamentos

No último dia 30 de junho, um edital foi publicado pela **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) para a contratação de radares de fiscalização eletrônica e monitoramento da velocidade. O documento possibilita uma alteração de 217 para 651 barreiras e de 57 para 190 os chamados pardais. Apesar disso, Pedro Sales, titular da Goinfra, afirmou que não haverá aumento do número de equipamentos, mas que os atuais poderão ser substituídos e que também haverá remoção de alguns já instalados para uma utilização mais "estratégica". Ele explica que o contrato tem 36 meses, com possibilidade de prorrogação para mais 24 meses e que os pardais e barreiras poderão ser adquiridos ao longo do contrato.

"Temos um departamento dentro da diretoria de manutenção responsável por segurança de área. Eles analisam trechos de acidentes e se há questões geográficas que favoreçam os casos como imperfeições da pista, por exemplo. Pode então ser ou não recomendado um redutor de velocidade. Mas posso afirmar que não vamos trabalhar com radares móveis, por determinação do governador e uma promessa de campanha que permanece cumprida."

Instalação e substituição também devem ocorrer em locais próximos a postos policiais. Isto porque há uma determinação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a fim de Facilitar a fiscalização dos condutores e garantir a segurança dos policiais que atuam nestes locais.

Para as GOs 118 e 239 há determinação judicial de 36 faixas para barreiras eletrônicas. Levando em consideração que cada equipamento pode monitorar até quatro faixas, seriam necessários pelo menos nove equipamentos. Presidente da Goinfra, Pedro Sales afirma que outras instalações podem ocorrer por recomendação de órgãos de controle, decisões judiciais ou determinação do **Tribunal de Contas do Estado**.

No geral, o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) também faz recomendações para locais com alta incidência no número de acidentes. Além disso, são feitos pedidos por meio de parlamentares ou mesmo de

prefeitos, para os trechos urbanos das vias.

Para perito, além de motorista, há outros fatores para os acidentes

Perito judicial especializado em trânsito, Antenor Pinheiro acredita que vários são os fatores que ocasionam acidentes de trânsito e não apenas a imprudência do motorista. Ainda assim, pontua que todo acidente decorre de uma ou mais infrações cometidas simultaneamente, via de regra o excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e avanço de semáforo. Por isso, defende que a ação do Estado precisa ser no sentido de conter o cometimento das infrações, seja com fiscalização presencial ou com as tecnologias.

Antenor cita os controladores e redutores de velocidades (radares, barreira), câmeras de videomonitoramento (para ultrapassagens proibidas). "Analisando superficialmente, parece óbvio que a culpa é sempre do motorista que estaria sendo imprudente. Mas há outros fatores humanos que podem justificar a recorrente acidentalidade, como não manter o veículo em ideais condições de trafegabilidade (suspensão, freios, faróis, pneus e motorização deficientes), o que pode resultar em graves acidentes caracterizando assim a culpa do motorista por negligência", completa.

As condutas inadequadas diante de perigos surgidos e as situações de acidente em função da inabilidade de manobras podem ocorrer em uma culpa por imperícia. Para todas as situações, o especialista defende que não há como estabilizar ou reduzir as condutas perigosas se não com uma fiscalização rigorosa. Por isso, ele acredita na necessidade de utilização de equipamentos eletrônicos, cuja implantação deve obedecer aos rigorosos critérios previstos na legislação de trânsito. Para Pinheiro, ignorar o uso destas tecnologias é fragilizar a segurança viária, em especial nos sistemas rodoviários, que são os espaços que mais induzem o cometimento de excessos de velocidade e ultrapassagens proibidas.

"Atribuir a esta política pública à alegada 'indústria da multa' é confessar a inépcia ou a prevaricação no trato da questão, até porque fiscalizar não é uma faculdade, mas obrigação do Estado. Não fazê-lo é colaborar para que infrações sejam cometidas, logo fragilizar a segurança viária para todos, condutores, pedestres e animais. Vejo o discurso fácil da 'indústria da multa' mais como oportunismo, geralmente pronunciado por infratores contumazes, ou ignorância mesmo. Porém, é mais grave quando o discurso parte dos governantes, porque aí é flagrante irresponsabilidade", finaliza.

Queda nas multas

O aumento coincide com a retirada dos radares móveis, promessa de campanha do governador sob a justificativa de que os equipamentos seriam utilizados com o objetivo de arrecadação. Isto porque, estavam geralmente escondidos e não havia sinalização para os motoristas. A política também foi adotada nacionalmente pelo presidente Jair Bolsonaro para as rodovias federais, mas por determinação judicial estes últimos retornaram.

De fato, o valor arrecadado em multas por radares nas rodovias do Estado caiu. Enquanto no ano de 2018, a Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), hoje Goinfra, arrecadou R$ 158 milhões, no ano passado foram R$ 124 milhões. Em 2020, até o fim de junho, a Goinfra recebeu R$ 52 milhões. "O radar fixo é importante e não pela questão da armadilha, mas para que o condutor veja com antecedência e diminua a velocidade em um trecho com alto risco de acidente", pontua o comandante do Policiamento Rodoviário.

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/com-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-sem-radares-m%C3%B3veis-acidentes-aumentam-nas-rodovias-estaduais-de-goi%C3%A1s-1.2088712